

O Método do Discurso¹

Domingos José de Almeida Neto

Professor assistente do Departamento de Geografia da UFAC

Correio eletrônico: dojoalne@ufac.br

Resumo: O artigo que a seguir apresentamos foi elaborado visando discutir dois pontos capitais que estão devidamente relacionados: um, que retrata a forma de como foram utilizados os métodos de investigação em alguns trabalhos acadêmicos, produzidos para pesquisar a formação histórica do Acre, com especificidade para o período de 1970 a 1980, o qual representou um marco importante na produção econômica local, à medida em que houve uma “substituição” do extrativismo pela agropecuária, cujos reflexos se fizeram sentir na periferia das principais cidades acreanas – principalmente Rio Branco, a capital – já que a população expulsa do campo passou a ver nesses espaços urbanos uma das poucas possibilidades de manutenção de suas vidas; o outro, que procura demonstrar que é perfeitamente possível de se chegar a resultados diferentes se utilizando do mesmo método científico e perseguindo o mesmo objeto de investigação, sendo que no caso em questão tratamos da formação de parte da periferia da cidade de Rio Branco, evidenciando que os seus formadores (ex-seringueiros) utilizaram-se desses “bolsões de miséria” em formação como solução e não problemas, como preconizava a historiografia oficial.

Palavras-chave: Acre-História, cultura e resistência seringueira, periferização urbana.

El método del discurso

Resumen: El artículo que a seguir presentamos fue elaborado visando dos puntos capitales que están devidamente relacionados: uno, que retrata la forma de como fueron utilizados los métodos de investigación en algunos trabajos académicos, producidos para investigar la formación histórica del Acre, con especificidad para el periodo de 1970 a 1980, el cual representó un marco importante en la producción económica local a medida en que haya una sustitución del extrativismo por la agropecuaria, cuyos reflejos se hicieron sentir en los arrabales de las principales ciudades acreanas – principalmente Río Branco, la capital – ya que la población expulsa del campo pasó a ver en esos espacios urbanos una de las pocas posibilidades de mantenimiento de sus vidas: u otro, que busca demostrar que es perfectamente posible de llegar a resultados diferentes utilizandose del mismo método científico y persiguiendo el mismo objetivo de investigación, siendo que en el caso en cuestión tratamos de la conformación de parte de los arrabales de la ciudad de Río Branco, evidenciando que sus formadores (ex- siringueros) utilizaronse de esas “bolsas de miseria” en formación como solución y no problemas, como preconizaba la historiografia oficial.

Palabras-clave: Acre – Historia, cultura y resistencia siringuera, periferización urbana.

¹ A construção teórico-conceitual do artigo em tela se deu a partir da pesquisa que realizamos por ocasião do mestrado em História do Brasil - tendo como linha de pesquisa cultura e memória -, e cuja dissertação foi defendida junto a Universidade Federal de Pernambuco, em 2001.

The method of discourse

Abstract: This article uses the city of Rio Branco, Acre, to discuss two crucial and interrelated points about . The first one concerns the methods of investigation used in some of the academic works that examine the 1970 to 1980 period. This period was a watershed in the state's history because it brought the "displacement" of extractive economic activities, such as rubber-tapping, by farming and cattle raising. The elimination of extractive industries had a strong impact on the peripheral areas of the main Acrean towns, where the people expelled from the countryside found possibilities for their survival. The second point centers on a discussion of the hypothesis that it is perfectly possible to reach different results using the same scientific method to investigate the same object, which in this particular case is the formation of the periphery of Rio Branco city, the state capital. It is argued that the newcomers, ex-rubber tappers, looked upon the evolving "misery belts" as a solution to their problems rather than as an added burden, as much of the standard historiography affirms.

Keywords: Acre state history; rubber-tapper culture and resistance; urban marginalization; periphery.

Introdução

Achei prudente começar minha exposição tecendo uma breve justificativa sobre o seu título. Em primeiro lugar, ao defini-lo como O método do discurso, não o fiz pensando na obra clássica O discurso do método, do filósofo e matemático francês René Descartes - considerado como um dos precursores da filosofia moderna. Até porque não analiso os escritos de Descartes com furiosa e arrasadora crítica, a ponto de ironizar com o título do seu mais renomado trabalho, como fizera o grande pensador alemão Karl Marx ao questionar o livro de Proudhon intitulado Le Système des Contradictions Economiques, ou Philosophie de la Misère, numa situação em que, apropriando-se de parte do próprio título do trabalho deste último e invertendo-a, intitulou o seu texto de refutação de A miséria da Filosofia.

Seguidamente, que não se trata de um método construído sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD), apesar de se estabelecer um entrecruzamento das falas contidas nos discursos oficiais e não oficiais.

Por fim, que, a bem da verdade, não se trata nem mesmo de um método de investigação, no sentido mais lato do termo, ou, dito de outra forma, de um dos modelos científicos construído historicamente e com os quais estamos acostumados a lidar em nossas abordagens teóricas, tais como estruturalista e dialético.

O que pretendemos com o presente ensaio é demonstrar a forma de como desenvolvemos uma pesquisa sobre a formação de parte da periferia da cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre - para responder parte das exigências do mestrado que fizemos em história do Brasil -, e, por extensão, apontar algumas possibilidades possíveis de investigação, trabalhando com o mesmo objeto e método de investigação.

Assim sendo, o que de fato faremos, a bem da verdade, é resgatar a fundamentação teórica e metodológica que produzimos na nossa dissertação, a fim de responder as expectativas criadas pelas nossas variáveis, adjacentes ao objeto pesquisado.

Uma história vinda de baixo

A propósito do espaço pesquisado, e a julgar pela quantidade de bairros periféricos em Rio Branco edificados por ex-seringueiros (cerca de duas dezenas), procuramos dar destaque para dois bairros, sendo um em cada distrito da capital: João Eduardo (1º Distrito) e Triângulo Novo (2º Distrito). Tal escolha não foi aleatória, mas pelo fato de serem bairros típicos de ocupação por ex-seringueiros, edificados na periferia da cidade de Rio Branco e próximos das margens do rio Acre e terem sido motivo de disputa acirrada entre os ocupantes e seus proprietários, tanto no âmbito judicial quanto no confronto direto com a polícia (caso mais específico do Triângulo Novo), o que bem caracteriza o processo de resistência que procuramos evidenciar.

Assim sendo, mais do que o método de investigação em si, o que nos interessa mais de perto é descrever as categorias de análise das quais nos utilizamos e que possibilitou uma resposta diferenciada de investigações outras já feitas anteriormente.

Ora, definido o nosso objeto de estudo, conforme descrevemos acima, tivemos como primeiro *mister* analisar todas as obras que dele também tratavam, independentemente da área do conhecimento e do método de abordagem. Posteriormente, fizemos uma seleção ainda sem a preocupação com a área do conhecimento, mas, desta feita priorizando o método de investigação - dialético.

Essa seleção nos possibilitou observar duas situações por demais interessantes:

1) Talvez por se tratar de trabalhos que datam da década de 80 - pouco mais ou menos -, muitos deles ainda se utilizam de uma estrutura que considero arcaica, à medida que trazem na sua introdução, ou mesmo num capítulo à parte, informações estanques sobre, dentre outras demandas, a justificativa, o objetivo e principalmente o referencial teórico e metodológico. Tudo bem que haja uma preocupação em se dizer de que forma trabalhamos o método na busca de resposta para nossas hipóteses e de que fontes nos utilizamos para sustentar teoricamente nossos argumentos.

Entretanto, no que se refere ao “metodológico”, especificamente, percebo que há certa incompreensão quanto à natureza de seu emprego e de sua finalidade, uma vez que é comum nesses trabalhos se dizer, por exemplo, que o método utilizado foi o dialético, que se caracteriza por analisar os objetos, os fenômenos da natureza e da sociedade como estando em constante movimento e transformação, bem como pelo fato de ele ter como sustentação teórica o materialismo. Fazem, portanto, uma descrição do método. No nosso entendimento, quando falamos de metodológico, não estamos a nos referir ao método em si, mas da metodologia, ou seja, da forma de como aplicamos o método.

Caso mais grave ainda é que geralmente descrevem o método na introdução ou em capítulo escrito com esta finalidade, e este ou não se faz concretamente presente no decorrer do trabalho ou é abordado de maneira contraditória.

Acho que uma boa maneira de falarmos de metodologia (da aplicação do método, repita-se) é dizermos de maneira breve, por exemplo, que espaço foi delimitado para a pesquisa, que categoria social foi eleita para a análise, quais as inter-relações existentes entre a categoria social eleita e as demais categorias sociais circunscritas à sociedade a que pertence e de que forma está organizada esta sociedade. De resto, é aprofundarmos a discussão ao longo do trabalho, utilizando-se de forma precisa do método eleito, sem, todavia descrevê-lo, mas que seja perceptível na própria abordagem do objeto de estudo.

2) Que mesmo dizendo estarem fundamentados teoricamente no método dialético, um número considerável desses trabalhos ou elegeram tão somente documentos da história oficial ou pelo menos deles se utilizaram como fonte principal de análise.

Não estamos querendo dizer com isso que ao utilizarmos o método dialético ficamos engessados, proibidos de beber em fontes outras que não aquelas produzidas a partir de uma história, de uma geografia, ou de um outro ramo do conhecimento qualquer

(principalmente na área de Ciências Humanas) vinda de baixo. Entretanto, é preciso que tenhamos clareza que a utilização de fontes oficiais - e isso não é muito diferente também para as fontes não oficiais - requer um aprofundamento crítico suficientemente capaz de, através delas mesmas e no confronto com outras fontes de informação, trazer à tona a veracidade do fato em apreciação.

Dito isso, entendemos que os enfoques teórico e metodológico por nós apresentados possuem, sem a pretensão do ineditismo, uma forma própria de abordagem, onde procuramos reescrever a história de formação de parte da periferia da cidade de Rio Branco a partir da reconstrução da memória, das experiências do cotidiano dos próprios sujeitos históricos que a edificaram. Essas categorias de análise por nós apresentadas deveram-se principalmente à tentativa de se entender (ou de se contrapor) a maioria das respostas dadas em outros trabalhos acerca do resultado da ocupação de espaços periféricos de Rio Branco, onde, como a repercussão direta desse processo se deu com a chegada dos ex-seringueiros, parece transparecer que a estes estão sempre imputando a culpa pela situação caótica que se verificou a partir de então, ou seja, longe de resgatar o lugar social e histórico desses sujeitos, transformaram-nos em vilões.

Identidade, cultura e resistência seringueira

Portanto, é justamente parte desse vazio temporal da história acreana, relacionado às experiências sociais de ex-trabalhadores da floresta (no nosso caso específico, ex-seringueiros), que buscamos estudar. Experiências sociais essas travadas num ambiente urbano (cidade de Rio Branco), portanto, até certo ponto bem diferente daquele com que estavam acostumados a lidar (seringal), onde tiveram que impor resistência para fazerem valer a nova condição de cidadãos, sem, todavia, abandonarem (pelo menos em parte) seus costumes, seus valores, seus modos de vida, trazidos do ambiente de origem, pois,

Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que a entendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. (DE CERTEAU, 1995, p. 17).

Eis o caminho apontado por De Certeau. Como percorrê-lo? Como trabalhar com tantas variáveis? A primeira resposta para essas perguntas me veio de pronto: Partir de uma nova abordagem, calcada nos pressupostos de uma História Social, tomando, entretanto, os devidos cuidados para os quais nos alertou Fenelon (1992, v. 6, p. 14):

[...] Não se pode deixar de reconhecer que, por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em novos vilões e novos heróis. Mais preocupada com processos coletivos, com grupos voltados para o interesse geral, consegue trabalhar na direção da democratização da História podendo, em algumas variantes, enfatizar concepções que buscam explorar as contradições de classe como suposto de suas análises. Neste ângulo e reconhecendo a diversidade nela contida, se afasta da idéia de uma História Social dedicada ao supérfluo, à obviedade e, portanto, uma história 'leve' em contraposição ao 'peso' da História Econômica e Política e continua comprometida com uma suposição socialista, ou pelo menos anticapitalista.

De bom alvitre esclarecer que a definição pela História Social não veio associada de uma visão sectária a respeito dessa ou daquela escola: se da francesa ou da inglesa, pois tendo lido os mais renomados teóricos de ambas, julguei que cada um deles tinha muito a acrescentar para nossa pesquisa.

O próprio abordar da resistência travada por ex-seringueiros na formação de parte da periferia de Rio Branco à luz da História social sugeriu, por si só, que mais do que nas fontes oficiais fôssemos buscar informações junto a esses sujeitos sociais, pois se naquelas elas estão camufladas pela fala dominante, nestes elas aparecem de forma explícita, direta, a não ser pelos “entraves” próprios que se evidenciam na construção da História Oral, através do processo de rememoração.

Desta feita, enfrentamos algumas dificuldades: em primeiro lugar, chamamos atenção para o fato de que, certamente, não tivemos a mesma facilidade de problematizar e descrever o processo cultural no espaço estudado que teríamos se o tivéssemos feito há pelo menos 10 (dez) anos, ou, quiçá, durante a fase mais aguda do seu desenvolvimento, apesar de o mesmo não ter se fragmentado no tempo, pois continua latente na memória dos sujeitos históricos.

Seguidamente, deparamo-nos, ao analisar as entrevistas, como no dizer de Contini (apud PORTELLI, 1996), com uma “memória dividida”, onde havia, de um lado, sujeitos que preservaram uma “memória criada” (no seringal e trazida para a cidade), e por isso mesmo mantiveram vivo o embate, o enfrentamento que ousaram fazer para valer seus direitos; e, por outro lado, sujeitos históricos que, ao incorporarem, de certa forma, uma “memória oficial”, acabaram por negar a resistência e julgaram a condição de se encontrar fazendo parte da camada inferior da sociedade acreana como uma expressão natural do próprio sistema. Isso tudo é bastante compreensível quando se leva em conta que, apesar de serem todos ex-seringueiros, possuem características individuais e que, por isso mesmo, assimilaram, criaram e recriaram o cotidiano de forma diferenciada.

Portanto, não nos causou preocupação alguma essa falta de unanimidade entre os entrevistados, uma vez que não tivemos por objetivo querer, a exemplo das ciências exatas, provar a veracidade dos fatos históricos pela evidência quantitativa, pois:

[...] Não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram [...] Se a memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira. (PORTELLI, 1996, p. 127).

Como se não bastasse, o próprio (PORTELLI, 1997, P. 16) nos chama atenção para o fato de que:

[...] A História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos - a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido.

Ou seja, as falas dos sujeitos históricos que incorporaram a “memória oficial”, quando analisadas no contexto geral - de todos os entrevistados que compõem o universo trabalhado -, longe de se apresentarem como um obstáculo para a análise, foram encaradas como fator preponderante. Soma-se a tudo isso o fato de intermediarmos as entrevistas com fontes documentais, escritas na efervescência mesma do período que

açambarca desde a expulsão dos seringueiros até a consolidação da ocupação dos espaços periféricos de Rio Branco por esses sujeitos históricos.

É importante aquilatar, ainda, que sempre procuramos por em evidência, enquanto categorias de análises fundamentais, os modos de vida, a cultura, e principalmente, a identidade dos sujeitos históricos a elas inerentes, que em última instância se caracterizava na figura de seringueiros (extratores do látex nas selvas acreanas) ou na de ex-seringueiros (moradores de parte da periferia da cidade de Rio Branco, por eles mesmos construída). Isso porque foi justamente a partir dessa perspectiva que julgamos ter contribuído com a historiografia local, apresentando uma outra verdade, ou uma nova versão sobre a vida, o comportamento e, nomeadamente, a ação dessa categoria social no espaço agrário e urbano acreanos. Até porque, os modos de vida, os costumes, que determinavam uma identidade coletiva, construída historicamente no interior dos seringais por cerca de um século, encontravam-se, de uma hora para outra, envoltos num processo de redefinição.

De modo geral, pode-se dizer que o processo de resistência travado pelos ex-seringueiros no sentido de garantir a sobrevivência num meio que não lhes era peculiar, foi entremeadado de inúmeras situações de ordem econômica, política e sociocultural, as quais puseram em evidência aspectos próprios do meio em que viviam, o seringal, que pareciam não se coadunar com os do meio com o qual tinham que lidar, a cidade.

Dessa forma, se foi possível definir os trabalhadores excluídos da produção gomífera, do ponto de vista econômico - e de imediato -, como ex-seringueiros, o mesmo não se poder dizer com relação à identidade deles, haja vista que o fato de migrarem para a cidade em busca de novas oportunidades não descaracteriza suas formas de pensar e agir, pois seus modos de vida, seus costumes, sua cultura não podiam simplesmente ser esquecidos de uma hora para outra em detrimento da nova realidade a que foram sujeitos.

A identidade dos ex-seringueiros, portanto, somente passa a ser (re)construída ao longo desse processo histórico e social de vivência na cidade, que os submeteu à necessidade de um constante reorganizar:

Essa tentativa de reorganização inclui a busca de novas estratégias que garantam a sua sobrevivência, e essas estratégias incluem, além das econômicas, a afetividade, as relações de vizinhança, a solidariedade intra e extrafamiliar e a busca de uma identidade social reveladora da suas condições de membro da sociedade urbana. Essas estratégias referem-se a uma permanente determinação de alcançar meios de sobreviver a um cotidiano que tem que ser, sempre, reinventado. (CARDIA, 1998, f. 67).

Por conseguinte, a resistência, enquanto processo incessante de alcançar meios de sobrevivência, determinou a assimilação e a incorporação, a criação e recriação de novos valores no espaço periférico de Rio Branco, a ponto de se perceber uma interpenetração entre o seringal e a cidade, nos mais diversos aspectos. cuja compreensão fica comprometida se se leva em conta uma categoria de análise fundamentada em conceitos preestabelecidos.

Nesse aspecto, (WILLIAMS, 1979, P. 17) nos chama a atenção de que:

Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos - os conceitos, como se diz, dos quais partimos - não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em dar ouvidos aos seus apelos ou seus

entrechoques ressonantes. Resta-nos apenas, se pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas.

Partindo-se desse pressuposto de Williams, não apenas o conceito de cultura, mas todas as categorias de análise que permeiam o surgimento da periferia de Rio Branco e a relação desta no contexto geral da cidade (político, econômico e sociocultural), até então realizadas, devem ser efetivamente revistos e analisados a partir do próprio processo histórico em que foram forjados. Até porque o conceito de cultura, a exemplo do conceito de sociedade e economia, na concepção de Williams (1979, p. 18), “no desenvolvimento moderno [...], não se moveram no mesmo ritmo, mas cada um deles, num ponto crítico, foi afetado pelos movimentos dos outros.” De sorte, então, que o conceito de cultura do qual devemos partir para atingir os objetivos que nos propusemos, além de ser encarado como um problema, não pode vir dissociado de conceitos (problemas) outros como forma de demonstrar a interação dos mesmos com “[...] a história e experiência em transformação.” (WILLIAMS, 1979, p. 18).

Sem sombra de dúvida, a chegada do migrante ex-seringueiro alterou a “ordem” no meio urbano, já que novas experiências foram intermediadas na história do cotidiano, que passou a ser moldado de forma diferente.

Portanto, toda e qualquer tentativa de resgate histórico dessa questão deve, necessariamente, voltar-se, em primeira instância, para a experiência humana a ela inerente.

O termo experiência, enquanto categoria de análise, foi amplamente discutido por Thompson no ensaio “a miséria da teoria”, onde questiona a utilização de teorias perfeitas, totalizadas (os marxismos concebidos como sistemas teóricos auto-suficientes, autojustificativos, auto-extrapolantes), como forma de se chegar ao conhecimento, com especificidade para o marxismo althusseriano. Para ele, experiência era o termo ausente (em Marx) que faltava, mas *que* “não se trata apenas de um ponto de junção entre ‘estrutura’ e ‘processo’ [como ‘classe e ‘modo de produção’, que se situam sempre nessas fronteiras], mas um ponto de disjunção entre tradições alternativas e incompatíveis” (THOMPSON, 1981, p.183).

É na experiência humana, na concepção de Thompson, que o historiador deve calcar seus argumentos em busca do conhecimento. Assim, uma análise da questão da periferia de Rio Branco com base, por exemplo, no modo de produção vigente, puro e simplesmente, com certeza que alcançará, no máximo, uma compreensão dentro dos circuitos do capital, deixando-se de fora a essência mesma da história, tal qual foi sendo construída.

Se a Thompson devemos a “descoberta” do termo experiência, enquanto categoria de análise para a busca da realidade histórica, a Thomson devemos os cuidados quando da utilização dessa categoria.

Numa simples entrevista podemos não trazer à evidência as experiências passadas dos sujeitos com os quais estamos dialogando da forma como realmente vivenciamos. Isso porque:

Experiências novas ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão. A memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memória escolhermos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo.

.....

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que lembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. (THOMSON, 1997, V. 15, p. 57).

Como forma de solucionar essa questão, Thomson apresenta-nos o termo “reminiscência”, cujo significado relaciona-se com a tentativa de o historiador oral fazer com que o sujeito com o qual dialoga recorde de fatos históricos passados, aproximando-os o máximo possível das experiências por eles vivenciadas, os quais haviam sido “substituídos” em função de experiências novas vividas. De sorte que a “[...] natureza da aceitação que pode ocorrer durante uma entrevista de história oral tem um efeito importante sobre o tipo das reminiscências trazidas à tona.” (THOMSON, 1997, v. 15, p. 57).

Isso não equivale dizer que as experiências humanas se modificam com o passar do tempo. Na verdade,

Essa experiência humana não se modifica enquanto passado. O que se modifica é a investigação sobre ela, de acordo com as problemáticas que o investigador se coloca no presente, que envolvem sua própria experiência de vida e as concepções das quais parte. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 29).

Considerando a experiência como necessidade imperiosa para a construção do conhecimento histórico, e que a mesma repousa na consciência dos indivíduos - gerada, em última instância, na base, na vida material -, compete-nos resgatá-la através da oralidade. No decurso desse nosso empreendimento, é preciso, a princípio, evidenciar que, da mesma forma que há princípios éticos inerentes à nossa condição de cidadão e de intelectual acadêmico, também há princípios éticos específicos relacionados à História Oral. Entretanto:

Embora devamos mostrar empenho no cumprimento dessas tarefas tão bem quanto conseguirmos, não podemos permitir que tornem burocrático nosso trabalho: apesar de isso não assegurar um comportamento verdadeiramente ético, traz o risco de aniquilar muitas das forças que têm mantido viva a história oral.

Nesse contexto, compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber ‘como as coisas realmente são’, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de ‘como as coisas podem ser.’ (PORTELLI, 1997, n. 15, p. 28, grifo nosso).

Essa afirmativa de Portelli apresenta-se como uma postura muito pessoal, sugerindo que seja repensada de acordo com a especificidade de cada trabalho. De modo que compete ao historiador oral determinar a postura própria a ser adotada, levando em conta que tipo de verdade histórica deseja resgatar: se uma verdade com base numa “*history from below*” (historia vinda de baixo), ou seja, “[...] sob a ótica da experiência social vivida e narrada pelos sujeitos que a viveram, antevendo os modos de vida e de luta como expressão de suas culturas.” (ALBUQUERQUE, 1995, f. 164), ou uma verdade definida pela historiografia oficial. Se a opção recair sobre o primeiro tipo, compete ao historiador dar voz aos sujeitos históricos, ouvi-los e relatar, com a maior fidelidade possível, suas palavras, valendo salientar que nem sempre teremos de concordar com o

que dizem, principalmente se estivermos entrevistando, em contraponto, os sujeitos da história oficial, pois:

Às vezes, nossa ética como cidadãos, como indivíduos envolvidos na luta pela democracia, igualdade, liberdade e diferença pode transcender a limitada ética de nossa profissão, a fim de dar lugar a outra, mais ampla, humana e, em última análise, política. Em outras palavras: uma entrevista com alguém que tem poder sobre nós ou sobre outrem não está, necessariamente, sujeita ao mesmo conjunto de considerações éticas que vigoram para outras entrevistas - não importa o que pensemos da pessoa. (PORTELLI, 1997, n. 15, p. 28).

Além do mais, mesmo numa pesquisa desenvolvida à luz da História Oral, compete ao historiador confrontar os documentos orais com as fontes escritas, como forma de estabelecer as prováveis conexões existentes entre eles.

Claro está que, a exemplo de outros intelectuais acadêmicos, o historiador também busca as evidências históricas não despojadas de uma neutralidade científica, ao passo que assume seu compromisso profissional com a sociedade de acordo com as suas concepções teóricas e políticas. Até porque,

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um ponto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a pressões, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. (DE CERTAU in NORA, 1995, p. 18).

Argumentos importantes estes que tomamos emprestados de De Ceteau, com a finalidade de demonstrar a responsabilidade do historiador, os quais remetem aos compromissos que assumimos ante o nosso objeto e objetivo de pesquisa, que convergiram para o entendimento do meio ambiente urbano de Rio Branco ocupado por ex-seringueiros, à luz da experiência desses próprios sujeitos históricos, levando-se em conta as contradições sociais em que ela se desenvolveu, ou, no dizer de Thompson (apud Vainfas, 1996, n. 15, p. 139) “[...] a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação.”

A utilização do conhecimento científico, nesse sentido assume, por assim dizer, uma concepção maniqueísta - onde não existe meio termo -, podendo ser utilizada em benefício da classe dominante ou da classe dominada.

Pelo que já expomos, fica evidente, portanto, que os problemas inerentes ao meio ambiente urbano periférico de Rio Branco não são uma questão apenas de ordem infra-estrutural, mas de condições histórico-estruturais; mais especificamente, no que tange às forças produtivas e às relações de produção da sociedade capitalista, e que devem ser analisadas, considerando, não apenas variáveis tais como: êxodo rural, crescimento populacional, forma desordenada de ocupação do espaço e preço do mercado para o solo urbano, mas as relações de produção da vida material da sociedade e das relações de poder, adquiridos pelas relações e costumes, pela cultura dos homens.

[...] O costume [enquanto reflexão foucaultiana - aqui parafraseada por Albuquerque Júnior] não é sempre semelhante a si mesmo, mas, ao contrário, está sempre em mutação, pela atuação ética, da liberdade dos indivíduos. A ênfase das análises foucaultiana dos costumes desloca-se do plano da continuidade destes, para o plano da ruptura com estes. O

que interessa à análise foucaultiana são os momentos de ultrapassagem dos códigos, de suas fronteiras e limites, é o momento da instauração da diferença, são os 'maus costumes'. O que lhe interessa não é a forma rotineira das relações entre os homens, mas a abertura a novas maneiras, a invenção de novas relações [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1998, v. 6, p. 79).

Seria um contra-senso, portanto, pensar que os migrantes seringueiros fizessem a ocupação e, conseqüentemente, delineassem esses novos espaços dentro da perspectiva dos costumes urbanos.

Não obstante, Thompson (1998, p. 15), referindo-se à manifestação do tema do costume na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do século XIX, assevera que:

Se, de um lado, o 'costume' incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à 'cultura', de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei.

No tempo presente, e na sociedade acreana em que se vive, parece que fomos contaminados com o vírus do entendimento de que o capitalismo representa o que se pode atingir de mais avançado econômico e socialmente, e que, dentro da proposta de modernização absorvida pós-década de 70, é pouco provável que a classe trabalhadora possa transformar seus costumes em regras, quanto mais tratando-se de costumes vindos de fora para dentro (do seringal para a cidade, apesar de se tratar de uma migração inter-regional); para dentro de uma realidade social "adversa", onde os costumes trazidos do seringal são sempre vistos como maus, vez que não se enquadram dentro das normatizações urbana.

Contudo, "a cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia [...] que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor." (THOMPSON, 1998, p. 19). E tal foi o que ocorreu, no processo da expansão da frente capitalista para a Amazônia-Acre quando da chegada do migrante em Rio Branco, pois, não foi sem esboçar resistência (que se convencionou denominar como "empates") que os seringueiros foram expulsos dos seringais nativos - cujo exemplo mais significativo foi à morte do líder sindical e político Chico Mendes -, como não foi de outra maneira que encararam as formas de condutas que lhes tentaram impor, quando da ocupação do espaço urbano periférico de Rio Branco.

Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes. Esses pertencem ao povo, e alguns deles se baseiam realmente em reivindicações muito recentes. Contudo, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária, selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais. (THOMPSON, 1988, p. 19). O processo de resistência, devidamente relacionado com a cultura (costumes, valores, experiências) determinou, em última análise, a forma de ocupação e utilização do espaço urbano em que foram construídos os bairros periféricos pelos migrantes ex-seringueiros. Suas características, que têm sido motivo de inúmeras críticas por parte do poder constituído (que culmina em não se enquadrar dentro dos padrões urbanísticos), na verdade, são os reflexos dessa cultura trazida dos seringais - o que confirma os comentários precedentes de que existe uma interpenetração seringal-cidade - e que deve ser compreendida a partir dessa premissa.

Vale salientar, por derradeiro, que como forma de compreender o contexto social e espaço-temporal atual dos ex-seringueiros moradores de parte da periferia de Rio Branco fizemos, ainda que de forma breve, um apanhado histórico de toda a trajetória de vida desses desbravadores da região acreana, num processo que açambarca desde as primeiras arrematadas de seus antepassados no Nordeste brasileiro para a produção de borracha até os nossos dias, sendo que dividimos nossa análise em quatro etapas principais (4 capítulos), devidamente articuladas entre si, onde se pôde caracterizar: 1) A SAÍDA: dos varadouros da sobrevivência para as estradas das incertezas, na qual fizemos uma abordagem acerca do que representou, primeiramente a saída de trabalhadores de estados do nordeste e a conseqüente vinda para a Amazônia-Acre produzir borracha, e, posteriormente, a chegada da frente capitalista na Amazônia-Acre na década de 70, tanto no que se refere ao aspecto econômico quanto ao sociocultural, procurando evidenciar, com base nas teorias modernas, o processo de (re)definição da identidade dos seringueiros, no movimento migratório seringal-cidade; 2) A CHEGADA: na contramão das ruas da cidade de Rio Branco, em que discutimos, historicamente, o sentido que os termos “seringal” e “cidade” representam no espaço acreano, bem como, a partir de uma perspectiva teórica, como os ex-seringueiros vão, aos poucos, criando e recriando, resistindo e assimilando, o modo de viver na cidade; 3) A OCUPAÇÃO: ocupar terrenos para edificação dos “tapiris” e não “arredar o pé”, onde demonstramos toda uma situação de resistência impingida pelos ex-seringueiros, como forma de garantir a sua (re)produção social, dentro dos espaços ociosos da periferia de Rio Branco; e, 4) A PERMANÊNCIA: “aos trancos e barrancos” da periferia da cidade de Rio Branco, em que tecemos comentários acerca do citado espaço enquanto solução (e não problemas) para a sobrevivência, a julgar que os ex-seringueiros que vieram para Rio Branco nela se (re)produzem, ainda que “aos trancos e barrancos”, até o presente.

Considerações finais

A história da formação política, econômica e sócio-cultural do estado do Acre sempre esteve relacionada a pequenos, médios e até mesmo grandes conflitos, sendo que a questão relativa à produção de borracha, e conseqüentemente à figura do seringueiro, quase sempre esteve direta ou indiretamente com ela relacionada.

Prova disso é que já no processo de “colonização” dos seringais nativos, na região que hoje compreende o Estado do Acre, os seringalistas, coadjuvados por um número considerável de seringueiros, tiveram que garantir a ocupação dos mesmos, pelo menos num primeiro momento, à bala, uma vez que a vizinha República da Bolívia reclamava a posse da dita região, qual, de fato, lhe pertencia.

Também não foi sem extrema violência a expulsão de algumas tribos acreanas de suas terras por seringalistas, a fim de promoverem a “limpeza” das mesmas, vez que possuíam as espécies produtoras do látex.

Mais recentemente (entre 1970 e 1980), um novo conflito marcou a história acreana. Tratou-se desta feita do enfrentamento envolvendo seringueiros e compradores de terras, estes oriundos do Centro-Sul do nosso país. Considerando-se, nesse aspecto, que grande parte das terras compradas era justamente os seringais nativos, lugar de referência e de vida dos que ali viviam há dezenas de anos.

Tal conflito, como não poderia deixar de ser, foi motivo de inúmeros debates, teses, sínteses e antíteses, a ponto de provocar uma “avalanche” de trabalhos de graduação e de pós-graduação, tanto na Universidade Federal do Acre quanto em outras universidades brasileiras, nos mais diversos ramos do conhecimento.

No que se refere ao estudo da questão urbana, mais especificamente no que tange à formação da periferia da cidade de Rio Branco, enquanto repercussão do período susomencionado, um bom número foi elaborado na perspectiva do planejamento e com a preocupação primeira de buscar soluções para os problemas advindos com esses “bolsões de miséria” em formação.

O objetivo da nossa pesquisa, cuja metodologia buscamos descrever neste ensaio, foi justamente no sentido de dar ênfase não aos problemas, mas as soluções que os espaços periféricos de nossa urbe representou para os seus formadores, principalmente no que tange aqueles constituídos por ex-seringueiros, nos quais se pode constatar, a partir da própria concepção desses sujeitos históricos, que, ao contrário do entendimento oficial, o migrante rural consegue se articular, criar e recriar condições de vida em um ambiente considerado hostil e, de certa forma, adverso ao que estava acostumado no seu cotidiano.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Seringueiros, caçadores e agricultores: trabalhadores do Rio Muru (1970-1990). 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os “maus costumes” de Foucault. Pós-história, Assis, ed. da UNESP, v. 6, p. 67-86, 1998.

CARDIA, Lais Maretti. Exclusão social de famílias migrantes: estratégias de sobrevivência urbana. 1998. 130 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-49.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? História & perspectivas, Uberlândia, v. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

POTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Cap. 8: p. 103-130.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto história, São Paulo, n. 15, p. 13-33, abr. 1997.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p. Cap. 15: O termo ausente: experiência: p.180-201.

_____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: companhia das letras, 1998. Introdução: costume e cultura, p. 13-24.

THONSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e memórias. História. São Paulo, v. 15, p. 51-71, abr. 1997.

VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural, História, São Paulo, v. 15, p. 129-141, 1996.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. A pesquisa em história. São Paulo: Ática, 1989. 80 p. (princípios).

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das letras, 1989. 439 p.

_____. Marxismo e literatura. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Cap. 1: Cultura : p. 17-26.